



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 13/2015

----- Aos treze dias do mês de julho do ano dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Carlos Fernando Frazão Correia, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- A Presidente da Câmara justificou a ausência do Vereador Daniel Alexandre Pulquério Pinto por razões profissionais.-----

----- Pelas dez horas e dez minutos e verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Câmara deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- Antecedendo o período antes da ordem do dia recordou as comemorações do “Dia do Agricultor Livre” que se comemorava no dia treze de julho, feriado municipal.---

----- De seguida propôs a discussão e votação de um voto de pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Barroso, que leu (anexo 1). -----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

-----Começou por dizer que apresentar este Voto de Pesar era um ato que dignificava a Câmara Municipal.-----

----- Disse que Maria de Jesus Barroso para além de ter sido a esposa de Mário Soares, foi uma mulher que por si própria, sozinha, pelo seu passado de lutadora antifascista, pelo desempenho que teve como fundadora do sistema democrático, sendo a única mulher que participou como fundadora do Partido Socialista. Saliu o seu desempenho em muitas entidades e situações de caráter social e humanitário, a sua intervenção discreta, mas eficaz em determinados aspetos da vida política

nacional, a sua morte representou uma grande perda para a humanidade e para Portugal, em particular. Sugeriu que se guardasse um minuto de silêncio em sua memória.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Disse subscrever tudo o que já foi dito e redigido relativamente à pessoa da Dra. Maria Barroso, considerando ainda estar-se perante uma mulher de forte personalidade que ocupou os mais diversos lugares, dos quais destacou a educação, a cultura e a área social e humanitária. Realçou a coragem de, como mulher, abrir caminho a outras e promover novas mentalidades. Também uma mulher que ocupou lugares públicos, que acompanhou o marido nas diferentes fases da sua vida, não esquecendo o seu desempenho como mãe de família, como força agregadora de tão importante base da sociedade. Soube ocupar todos os lugares em que esteve envolvida, alguns inerentes ao papel de mulher e outros ainda, que assumiu devido ao seu caráter e forte personalidade.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Referiu que iria votar favoravelmente o Voto de Pesar porque, independentemente das questões ideológicas que os podiam separar, o que mais ressaltava na sua memória, relativamente à Dra. Maria Barroso, era a sua humildade, a sua discrição e como professora a sua competência. Foi uma mulher que pautou a sua vida por princípios e valores muito assentes na liberdade, no exercício da cidadania e na tolerância. Disse ainda que ajudou muito a construção da democracia portuguesa, mas o que para si mais relevava era a sua humildade, a sua tolerância, a sua garra e a sua competência. Esteja onde estiver, Maria Barroso será uma parte do património de liberdade, de luta contra a ditadura e por uma sociedade mais justa.-----

----- Colocado a votação, o Voto de Pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Barroso foi **aprovado por unanimidade** dos presentes (anexo 1). -----

----- Seguiu-se um minuto de silêncio em memória de Maria de Jesus Barroso.-----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foram colocadas a discussão e votação as atas nºs 10/2015 e 11/2015 referentes às reuniões ordinárias de 22 de maio e 12 de junho, respetivamente.-----

----- Aprovada a ata nº 10/2015 por maioria dos presentes com uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores por não ter estado presente na reunião.-----

----- Aprovada a ata nº 11/2015 por maioria dos presentes com uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores por não ter estado presente na reunião.-----

----- **DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA** -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: cento e sessenta e nove mil, trezentos e quarenta e oito euros e dezassete cêntimos. -----

----- Operações não Orçamentais: duzentos e quarenta e sete mil, quinhentos e cinquenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos. -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CONTRATO DE EXECUÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA OS MUNICÍPIOS EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO – OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO** -----

----- **FREGUESIA DE SÃO MARTINHO DE ÁRVORE E LAMAROSA – AGRADECIMENTO PELO ATENDIMENTO PRESTADO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relevou todo o trabalho desenvolvido na área do turismo, pela Dra. Cristina Vicente e que tão longe leva a forma de receber dos Riomaioreses. Salientou a imagem positiva transmitida considerando o elevado número de visitantes.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Concordou com as palavras do Vereador Carlos Nazaré e disse que o citado reconhecimento lhe vai ser transmitido. Informou que no próximo fim-de-semana está agendada uma visita do concelho de Benavente, que traz novecentas pessoas a Rio Maior.-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Recordou que fazia quarenta anos que Rio Maior passara para a história por um momento que alguns querem que não parece tão triste, mas que ficará para sempre como um momento triste, não tanto pela população de Rio Maior, porque há muitas dúvidas quanto ao envolvimento das pessoas de Rio Maior. Lembrou que o dia 13 de julho de 1975 foi o dia do assalto e destruição da sede do PCP e da sede da Frente Socialista Popular, de Manuel Serra. Disse ainda que, deve ser único no mundo, considerar feriado municipal, durante dez anos, o dia em que assaltaram e destruíram

a sede do PCP. Aditou que, apesar de não gostar de valorizar aspetos negativos, recomendava a leitura de algumas teses de mestrado que provam que foi nessa altura que começou o “25 de novembro”, com muitos Riomaiorenses a serem forçados a sair do Concelho de Rio Maior.-----

Referiu ainda que nem sequer o Jornal de Noticias se podia ler em Rio Maior e aditou que o “Dia do Agricultor Livre” nasceu dois anos mais tarde, já depois da criação da Confederação dos Agricultores Portugueses. Salientou no entanto, que Rio Maior teve capacidade para se tornar um espaço democrático de vida e partilha comum, com respeito pela opinião diferente e disse também que os valores que o “25 de Abril” trouxe, nunca devem ser pisados, pois o valor maior é o valor da dignidade humana e o valor de ter opinião.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA DO ROSÁRIO BENTO FLORES**-----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Reportou-se aos prédios degradados e que se encontram ao abandono na cidade de Rio Maior, os quais dão um impacto visual negativo da cidade. Aditou ainda que os mesmos são utilizados para fins menos próprios, tais como drogas e outras situações semelhantes.-----

Referiu também os terrenos abandonados onde crescem matagais e que nesta época do ano podem proporcionar a ocorrência de incêndios e sugeriu que os proprietários fossem alertados para esta situação, com a possibilidade de aplicação de coimas.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a visita da Ministra da Agricultura e Pescas à Planície Verde, em Malaqueijo, salientando todo o trabalho desenvolvido por Luís Salmim um agricultor de sucesso, iniciando-se como jovem agricultor e já reconhecido nas comemorações do feriado “6 de novembro”. Disse tratar-se de uma empresa que prestigia Rio Maior e o País, deixando um reconhecimento ao Luís Salmim pelo seu trabalho exemplar, pela ousadia e coragem deste agricultor de sucesso.-----

----- Sobre o 13 de Julho, disse que, apesar dos aspetos negativos, também serviu para que as pessoas, a nível local, definissem aquilo que queriam para a sua terra. Fez ainda o enquadramento da situação, pois tudo começou porque alguém vindo de fora tentou ocupar o Grémio da Lavoura, instituição ao serviço dos agricultores riomaiorenses, sendo que a primeira reação foi pura e genuína e tomou proporções que todos lamentam. Aditou que, atualmente, de uma forma mais discreta, todos os dias surgem ataques ao Poder Local, mas acredita na democracia e no espirito de tolerância que a todos deve unir.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes. -----

----- Quanto à intervenção da Vereadora Célia Flores solicitou que sempre que tenha conhecimento de situações que possam apresentar perigo de incêndio que façam essa informação chegar à Câmara Municipal, pois já se resolveram a maioria das reclamações apresentadas, também com a ajuda da GNR.-----

----- Relativamente ao 13 de Julho referiu que os períodos revolucionários têm sempre situações negativas, como o que aconteceu com o assalto à sede do Partido Comunista, em Rio Maior, mas também pode ter contribuído para que todos vivam em democracia e todos os partidos políticos tenham os mesmos direitos. Tratou-se de uma reação perante uma situação exterior que foi a ocupação do Grémio Riomaioense e Rio Maior foi um marco importante na defesa da liberdade contra o totalitarismo. Salientou toda a evolução do Partido Comunista e o seu enquadramento na democracia portuguesa.-----

----- Recordou que determinadas forças também dominavam a Comunicação Social e os Riomaioenses queriam que esta fosse livre e que informasse aquilo que realmente se passara em Rio Maior. Opinou que se deve acrescentar história e comemorar o que houve de positivo e repudiar os acontecimentos negativos.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Disse concordar totalmente com a intervenção feita pelo Vereador Lopes Candoso, pois quarenta anos depois devem deixar-se os complexos e cada um analisar a situação de acordo com os seus princípios e, independentemente de facciosismos e de leituras unilaterais, todos os momentos são carregados de prós e contras, competindo a cada um fazer a sua leitura e enquadramento da época. Referiu ainda que os Riomaioenses quiseram defender-se a si e aos seus, o que depois tomou maiores proporções, com o apoio de pessoas de outras regiões e com impacto que teve a nível nacional. Disse ainda que toda a situação foi o início de um processo que conduziu à liberdade e permitiu que todos estejam reunidos, quarenta anos depois. -----

----- Continuou no uso da palavra com a seguinte intervenção: “Queria partilhar convosco uma reflexão que tenho vindo a fazer há algum tempo, faz hoje um ano e dois dias, na reunião ordinária de 11 de julho de 2014, manifestei a minha discordância relativamente à orgânica funcional dos serviços municipais entrada em vigor nesse mesmo dia e cuja decisão tinha sido tomada no mandato de 2009/2013.--- Hoje, dia treze de julho de 2015, reafirmo mais uma vez que a mega unidade criada, cultura, juventude, turismo, educação, ação social, associativismo e desporto não

serve de todo o concelho de Rio Maior, pois quando se pretende ter uma ação efetiva e cooperativa ao nível da educação, com o objetivo último de promover mais e melhor escola, quando se assiste a uma mudança de paradigma no que respeita ao papel das Câmaras no território, associada à crescente necessidade de desenvolver e valorizar o capital humano, e que este capital humano não é exclusivo da formação profissional, de facto, não nos podemos esquecer que este capital humano é a grande riqueza da maioria dos territórios. Não são pois, mega estruturas, que de alguma forma conseguem contribuir para o desenvolvimento e coesão territorial alicerçada nesse mesmo potencial humano.-----

----- Também a propalada modernização administrativa que tem sido posta em prática e que tem colhido frutos tão positivos, através da nossa “tão suada” Loja do Cidadão, cujo objetivo último é melhor servir o cidadão, parece-me que serviria melhor os seus intentos com outra orgânica funcional dos serviços da Câmara. Não esqueçamos que o sucesso desta modernização administrativa passa pela melhoria e funcionalidade de um “BackOffice”. O tempo do papel meramente administrativo e burocrático tem os dias contados, ou então passamos a ter o papel único de meros despachantes, marionetes num sistema que caminha de olhos vistos para uma navegação ao sabor das circunstâncias. Passo a explicar que, de facto, megas estruturas, agilização, e sem dúvida que caminhamos e estamos na época das novas tecnologias, sem um “BackOffice” ativo e sem estruturas mais agregadoras e com um papel mais direcionado para servir e melhor agilizar, verificar no terreno o que se passa, depende muito de um BackOffice ativo e funcional.-----

----- Não quero de todo que pensem que esta minha intervenção, é um ataque, de todo, é minha intenção fazê-lo como um ataque, deve ser vista como uma forma de, ainda melhor servir os municípios e melhor implementar a modernização administrativa que tão bem tem sido conseguida através dos serviços desta Câmara.”-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Dirigiu-se primeiramente à Comunicação Social e agradeceu a cordialidade do Senhor Carlos Manuel que teve que se ausentar da última reunião de Câmara o que justificou por email. Salientou a importância de haver um bom relacionamento entre os Executivos Municipais e a Comunicação Social local e regional. Sobre o edifício Regalo disse comungar do que escrevera no “Região de Rio Maior” e lamentou que os vários executivos ao longo dos anos não tivessem tido a capacidade de encontrar uma solução para o problema. Informou que o município já tem um Plano de Pormenor para aquela zona, aguardando disponibilidade por parte dos Fundos Comunitários, o

que beneficiaria toda a zona e a própria cidade.-----

----- Sobre a notícia publicada no semanário “Mirante” relativa às comemorações dos trinta anos de elevação de Rio Maior a cidade, com homenagem a filhos ilustres, esclareceu que o que dissera, fora: “o dia 14 de agosto, trinta anos de Rio Maior cidade, poderia ser um dia em que poderia ser feita a homenagem a Marcolino Nobre. Aditou que o escultor que fez o busto manifestou interesse em apresentar opinião sobre a base e respetiva localização e como este tem estado com graves problemas de saúde, ainda não fora possível contactá-lo, daí não se poder confirmar se a colocação do busto se realizaria na data citada. Relativamente ao Dr. Silvino Sequeira dissera que seria numa data oportuna e em local a estudar.-----

----- Quanto aos prédios degradados disse ser também uma preocupação do Executivo e informou que na próxima quarta-feira realizar-se-ão três fóruns, envolvendo o campo social, económico, comercial e os proprietários, pois para apresentarem candidaturas à Regeneração Urbana são obrigados a ter um Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbanos. Frisou que as limpezas tem decorrido, através de acordos com os proprietários, havendo duas situações que estão a ser analisadas pelos serviços técnicos, no sentido de forçar ou não a respetiva limpeza ou demolição de imóveis. Referiu constatar-se que os proprietários, por vezes, não têm condições financeiras para proceder à demolição, recuperação ou embelezamento do prédio. Opinou ser importante tentar envolver os proprietários e espera que o plano para a regeneração urbana e o PEDU contribuam para resolver a questão.-----

----- Sobre o Voto de Pesar a Maria Barroso recordou um acontecimento ocorrida em Rio Maior, quando o Dr. Mário Soares fora concorrente a uma das eleições, durante uma sessão de esclarecimento no antigo salão dos Bombeiros Voluntários, e que demonstrou a sua postura, a sua ternura e amizade para com o marido.-----

----- Congratulou-se com o evento ocorrido durante o fim-de-semana nas Salinas, organizado pelas Aldeias do Sal, com a colaboração da Câmara Municipal de Rio Maior e Junta de Freguesia, salientando que eventos como este, cuja despesa com a organização é mínima, atingem o objetivo de dinamizar o concelho e o seu ex-libris que são as Salinas de Rio Maior.-----

----- Congratulou-se com todo o trabalho desenvolvido pela Dra. Cristina Vicente, Carlos Pereira e todos os voluntários que aderem aos projetos. Salientou também todo o trabalho de divulgação feito e que tem contribuído para o aumento do número de visitantes.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL MAS QUE GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Recomendou que, relativamente ao 13 de Julho, as coisas fossem vistas, na perspectiva que a Vereadora Ana Figueiredo acrescentou, ou seja do ponto de vista factual, para se perceber como tudo foi organizado e desses juízos de valor relativamente à luta pela liberdade que o PCP sempre teve, durante o fascismo. Frisou a generosidade dos Riomaioreses que tão bem o acolheram, pois viera para Rio Maior em mil novecentos e setenta e cinco. Recordou ainda, que havia milícias populares que perseguiram quem pensasse diferente e salientou que o 13 de Julho e todos os atos subsequentes a ele são e foram profundamente negativos. Sobre os valores subjetivos de interpretação não fazia juízos, mas considerava que não fora bom para Rio Maior.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Sobre a Planície Verde e todo o projeto desenvolvido, referiu concordar com as palavras proferidas pelo Vereador Carlos Nazaré, pois o Luís Salmim tem sido um grande empresário, um lutador, um grande trabalhador e também um aventureiro e opinou que a visita à empresa, de um membro do Governo, nomeadamente a Ministra da Agricultura, é o reconhecimento por todo o trabalho desenvolvido.-----

----- Quanto aos prédios degradados referiu que ao longo do tempo têm sido feitas vistorias das condições de higiene e salubridade a diversos edifícios em condições de ruína e informou que as notificações em determinados casos surtem efeito, mas atualmente refletem-se numa ausência de resposta que obriga a que o município tome posse administrativa dos mesmos e proceda a obras, sendo indemnizado posteriormente, o que poderá tardar e não acontecer. Informou também que, presentemente, existem dois casos para medição e estimativa orçamental para demolição, colocando-se a questão se irão ser indemnizados e acrescentou que a obrigação da demolição poderá também alterar a malha urbana, de forma complexa, dando como exemplo o espaço do Café União.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Relativamente às dificuldades que as megas estruturas têm em responder ao que lhes é solicitado, referiu que as Câmaras Municipais estão condicionadas, por Lei, na definição de estruturas, o que considerou uma intromissão abusiva da Administração Central na vida dos municípios. Opinou que, mesmo com todas as limitações, as estruturas devem servir as instituições e quando se entender oportuno, deve tentar-se otimizar os serviços por forma a darem à comunidade, as respostas que se pretendem.-----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHO Nº 46/2015, DE 09 DE JULHO – REFORÇO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO CONCELHO DE RIO MAIOR – PROCESSO Nº 87/2014 – SUSPENSÃO DE TRABALHOS.**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ratificar o Despacho nº 46/2015, exarado no dia 09 de julho, ao abrigo do nº 3 do artigo 35 do anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, pelo qual se determinou a suspensão total dos trabalhos da empreitada por um período de sessenta dias nos termos fundamentados da referida informação técnica. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO II – REGULARIZAÇÃO DE PRÉDIO URBANO 422 – UNIÃO DE FREGUESIAS DE MARMELEIRA E ASSENTIZ** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, a Câmara Municipal por reconhecer que o Município de Rio Maior é dono e legítimo proprietário de um prédio urbano composto de centro de dia para idosos em Assentiz, com área coberta 138,60 m² e área descoberta de 738,40 m², conferindo uma área total de 877,00 m², obra iniciada no ano de 2000 e edificado a expensas suas, implantado e ocupando a totalidade do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº 176 da freguesia de Assentiz, adquirido pelo Município de Rio Maior por escritura de compra e venda nº 8 exarada no Notário Privativo do Município de Rio Maior em 25/08/2000, correspondente ao artigo urbano nº 423 da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz que teve origem no artigo urbano nº 527 da freguesia da Marmeleira, com área total de 400,00m², ainda o prédio descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº 192 da freguesia de Assentiz, adquirido pelo Município de Rio Maior por escritura de compra e venda nº 8 exarada no Notário Privativo do Município de Rio Maior em 25/10/2004, correspondente ao artigo urbano nº 247 da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz que teve origem no artigo urbano nº 37 da freguesia da Assentiz, que por sua vez teve origem no artigo urbano nº 526 da mesma freguesia, com área de 263,00 m², e ainda a parte omissa correspondente à parcela de terreno resultante da demolição do prédio urbano inscrito na matriz sob o nº 422 da União de Freguesias de Marmeleira e Assentiz que teve origem no artigo urbano 525 da freguesia da Marmeleira, com área de 214,00 m² que veio à posse do Município de Rio Maior por doação meramente verbal efectuada em

1993, pelas Sra. D. Lídia Maria da Conceição Carvalho Lopes, casada com Carlos Alberto Lopes Simão, e Sra. D. Maria Eulália Vieira Pedro, à data, casada com José Vitorino, que o detinham em compropriedade na proporção respectiva de 1/6 e 5/6, ao tempo, composto de casa de habitação com 4 divisões, curral, palheiro e páteo (2 vãos), em muito mau estado de conservação (ruínas), omissa na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior, deliberar autorizar que o mesmo seja adquirido pelo Município de Rio Maior, por escritura de justificação de direitos, aceitando para o efeito os seguintes declarantes: Maria Emília Gomes Fonseca, José Manuel Leitão e Margarida Maria da Cunha Ferreira.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que conhecia o processo e apenas se tratava da autorização para celebrar a escritura de uso campeão.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Opinou ser urgente resolver esta situação dado que já passaram cerca de quinze anos e disse não compreender como se fazem obras nestas circunstâncias. Indicou o sentido de voto como favorável.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO III - CONTA FINAL DA EMPREITADA – CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DO CM 1300-1 – LIGAÇÃO CASAL DA VELHA – VALTEIRA – PROCESSO Nº 70/2012/UCCP**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos e fundamentos constantes da informação AS20/2015, datada de 05 de junho, aprovar a conta final da referida empreitada.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se com o facto de se verificar trabalhos a menos, o que significava que houve acompanhamento técnico e um orçamento feito de forma criteriosa, postura esta que deve ser sempre a do Poder Local democrático, quer nas câmaras Municipais, quer nas Juntas de Freguesia, ganhando-se assim o respeito dos municípios.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Registou com agrado que houve trabalhos a menos na citada empreitada, mas lembrou que nos termos da legislação em vigor os trabalhos a mais estão proibidos, o que não acontecia anteriormente.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IV – EMPREITADA: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE RODOVIÁRIA MUNICIPAL – 4ª FASE – LOTE 4 - BENEFICIAÇÃO DA CM 1305 – LIGAÇÃO CASAIS SILVA – LIMITE DO CONCELHO – LIBERAÇÃO DE CAUÇÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a liberação parcial da caução (30%), prestada pela empresa "Tecnovia – Sociedade de Empreitadas, S.A.", no âmbito do contrato de empreitada identificada em assunto, nos termos da presente informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO V - EMPREITADA: CONSTRUÇÃO E BENEFICIAÇÃO DE TROÇOS DA REDE VIÁRIA MUNICIPAL – BENEFICIAÇÃO DA LIGAÇÃO ENTRE EM 514 E EM 509 – VILA DA MARMELEIRA – ASSENTIZ – FASE 2 – LOTE 4 – EXECUÇÃO DE CAUÇÃO – PROCESSO Nº 113/2009/DCC**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação prestada, autorizar a execução da caução prestada pela entidade adjudicatária (agora Massa Falida “Asibel – Construções, S.A”), pelo montante estritamente necessário para satisfazer os custos suportados pelo Município, para a realização dos trabalhos necessários à correção dos defeitos identificados em obra.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO VI - TORNEIO DE ATLETISMO DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE RIO MAIOR – PAGAMENTO ÀS ENTIDADES ORGANIZADORAS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o pagamento no valor de 200,00€ (duzentos euros), a cada uma das entidades organizadoras mencionadas no ponto 6 da informação dos serviços, no âmbito da realização do 27º Torneio de Atletismo das Freguesias do Concelho de Rio Maior.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável e apenas queria chamar a atenção para

a importância desta prova desportiva e sugeriu que o Torneio das Freguesias devia ser alargado a outras áreas e opinou que o valor em causa é simbólico e nem sequer dá para a aquisição das medalhas ou das lembranças. Sugeriu que fosse ponderada a hipótese de aumentar o valor.-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Salientou a importância deste torneio e opinou que é uma das maneiras de levar o desporto a todos os cantos do concelho de Rio Maior e a todas as freguesias, pois na maioria das provas envolve mais de duzentas pessoas. Ressalvou as inúmeras pessoas que se deslocam a Rio Maior, pois a prova já ganhou prestígio fora do concelho. Deixou uma palavra de apreço às entidades organizadoras, às Juntas de Freguesia que tão bem recebem e que contribuem para que todos se sintam bem. Agradeceu a toda a equipa do treinador Jorge Miguel e a todos os funcionários da área do desporto, e não só, que o acompanham e colaboram com gosto.-----

----- Disse que, na sua opinião, o mais importante era levar o desporto a todo o concelho e referiu que uma grande percentagem da população pratica desporto a vários níveis, conseguindo-se concretizar o objetivo de criar nos Riomaiorenses a necessidade de praticar atividade física ao longo da vida.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – QUEIXA AO PROVIDOR DE JUSTIÇA – PAGAMENTO DE FATURA - AMÍLCAR MANUEL PEREIRA REBELO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é proceder à anulação do processo de execução fiscal nº.3081/2014, referente ao mês de Julho/2014 e devolução do respectivo valor de 8,92€, relativo a taxa de justiça e custas do processo.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Solicitou alguns esclarecimentos, os quais lhe foram prestados pela Chefe de Unidade Administrativa e Recursos Humanos.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VIII – ESCOLA SECUNDÁRIA DE RIO MAIOR – TRANSPORTE DOS ALUNOS DOS CURSOS PROFISSIONAIS** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, de acordo com a informação dos serviços, assegurar as despesas de transporte escolar no valor

17.550,00€, referente à participação a 100% dos alunos que frequentam os cursos profissionais na Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira, conforme mencionado na informação em apreço. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a proposta apresentada e mais uma vez a Câmara vai apoiar os alunos do ensino profissional, quer frequentem a Escola Profissional de Rio Maior, quer frequentem a Escola Secundária Dr. Augusto César da Silva Ferreira.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO IX – DESISTÊNCIA DE SERVIÇO DE PROLONGAMENTO DE HORÁRIO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é autorizar o acerto, no valor de €14,37, a efetuar na quantia a pagar, relativa à frequência das Atividades de Animação e Apoio à Família, em resposta ao requerimento da encarregada de educação Cláudia Margarida Pereira da Silva, de acordo com as informações dos serviços e parecer do Chefe de Divisão da UEASCDTJ, constantes do registo do UBPM 7487.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Informou que o presente assunto era semelhante ao que fora apresentado na reunião anterior, pois trata-se de situações omissas no regulamento e assim é da responsabilidade da Câmara a sua resolução e ainda mais quando não há número de alunos para manter aberto as atividades de apoio à família e o custo/benefício é muito desproporcionado. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- (Os Vereadores Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Carlos Alberto Nazaré Almeida ausentaram-se da Sala durante a discussão e votação do ponto X por estarem impedidos de votar.)-----

----- **PONTO X – ATIVIDADE MAIOR MÉRITO – UNIVERSIDADE DE VERÃO** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação nº 32/SUASE/2015, datada de 02 de julho, autorizar a realização da despesa no valor de 1.575,00€ correspondente ao valor das inscrições dos alunos na atividade supracitada.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Indicou o sentido de voto como abstenção, tal como fizera a quando da aprovação do regulamento porque não concordava com o mesmo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- (Os Vereadores Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo e Carlos Alberto Nazaré Almeida voltaram à sala.) -----

----- **PONTO XI – VISTORIA DE SALUBRIDADE, NA RUA DO MATADOURO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE CONDOMÍNIO VARANDAS DO RIO - PROCESSO Nº 135/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, face às informações supracitadas, notificar o proprietário da fração BP, sita em Rua do Matadouro em Rio Maior, para no prazo de 30 dias proceder a limpeza da piscina e da zona envolvente á mesma, tornando a fração segura e esteticamente apresentável. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes.---

----- **PONTO XII - VISTORIA DE SALUBRIDADE, NO LARGO DO OUTEIRO, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR - PROCESSO Nº 139/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é face às informações supracitadas, notificar o proprietário do prédio em ruínas, sito em Largo do Outeiro em Rio Maior, para no prazo de 60 dias proceder à demolição total e limpeza do terreno.---

-----Os trabalhos de demolição estão sujeitos a controlo prévio camarário e só poderão ser realizados mediante apresentação do respetivo pedido.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIII - CERTIFICAR DOMÍNIO PÚBLICO, EM VALE DE ÓBIDOS, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO E GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – PROCESSO Nº 139/2015** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em face da informação em apreço, certificar que a estrada que atravessa e divide o prédio rústico inscrito na matriz sob o artigo 68 da secção BO, tem como topónimo atribuído Rua da Catrina, em Vale de Óbidos, Freguesia e Concelho de Rio Maior, é do conhecimento e domínio

público e enquadra-se no artigo 63 da Lei 2110/61 de 19 de Agosto. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XIV -SIFUCEL – PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA COMPRA DO PRÉDIO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL SOB O Nº 76 DA SECÇÃO BL – FREGUESIA E CONCELHO DE RIO MAIOR** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é em aditamento à deliberação de Câmara de 08/05/2015 e tendo sido demonstrado o desinteresse manifestado pelo proprietário circundante para aquisição do prédio identificado em assunto, a Câmara Municipal, avocando a competência delegada na sua Presidente, deliberou, ao abrigo da alínea g) do nº 1 do artigo 33º do anexo I à Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, autorizar a alienação do prédio rústico inscrito na matriz predial sob o nº 76 da secção BL da Freguesia de Rio Maior e descrito na Conservatória do Registo Predial de Rio Maior sob o nº. 666, através de ajuste direto, pelo montante de 81.000,00€ (oitenta e um mil euros), conforme proposta apresentada pela empresa Sibelco Portuguesa, Lda., em 16/04/2015.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu não ter dúvidas sobre o processo considerando a documentação enviada, no entanto, face às questões levantadas na Assembleia Municipal por um ex-Vereador, quanto à posse dos terrenos, questionou se já fora entregue alguma documentação à Senhora Presidente.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Informou que para além do processo existente nos serviços, ainda não lhe chegara qualquer documentação adicional.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse que a anterior deliberação de Câmara sobre esta matéria fora cumprida e, por sugestão do Vereador Carlos Nazaré, foram consultados os potenciais interessados. -----

----- Sobre a intervenção do Deputado Municipal João Vargas pensa que este não terá qualquer documentação que fundamente as intervenções que fez na Assembleia Municipal, sobre esta matéria.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Sobre os terrenos em questão disse que estão incluídos em duas concessões,

uma à Sibelco e outra à Sifucel e independentemente das concessões de exploração mineira, que não é da competência da Câmara conceder, mas da Administração Central, os terrenos são da Câmara Municipal de Rio Maior, há muitos anos. Opinou que a Câmara só teria a ganhar da disputa ou do interesse que pudesse haver por parte destas duas entidades que estão legitimadas para o exercício da exploração de areias naquela área. Aditou que foi demonstrada a indisponibilidade da Sifucel para fazer a aquisição, podendo agora a Câmara Municipal dar andamento ao processo.----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **PONTO XV -TARIFÁRIO DOS SERVIÇOS DE ÁGUAS E RESÍDUOS - JUSTIFICAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o tarifário dos serviços de águas e resíduos, conforme justificação económico-financeira apresentada.-----

----- Seguidamente agradeceu a todos os serviços que contribuíram para o trabalho apresentado, nomeadamente a Dra. Anabela Leal. Disse tratar-se de um documento de leitura fácil, apesar de não se ficar satisfeito com o que está espelhado no mesmo. Aditou que o citado documento não tem filtros, espelhando a realidade do sistema no concelho de Rio Maior e daí a necessidade que existe de tomar uma posição.-----

----- Salientou que :“ A fundamentação do tarifário proposto é coerente com as boas práticas na matéria devidamente legisladas e tem como finalidade transmitir aos utilizadores sinais que os orientem no sentido de usarem mais eficazmente os recursos ambientais que são escassos, garantindo a equidade e a universalidade do acesso futuro a esses serviços, bem como a sua continuidade e qualidade.”-----

----- Disse também que: “ Não se pode cair na tentação de comparar coisas que não são comparáveis, pois como sabem existem nos municípios várias formas de prestar estes serviços às nossas comunidades, nomeadamente uns que são todos geridos pelas autarquias, outros em que a distribuição em alta é concessionada e a baixa é dos municípios e outras ainda em que é tudo concessionado.”-----

----- Aditou que assumia a responsabilidade de que o podiam ter feito ao longo dos anos, como a maioria dos municípios, que vão fazendo um ajuste no tarifário da água, o que não foi feito por várias razões.-----

----- Agradeceu ao Vice-Presidente, Dr. Carlos Frazão, pelo trabalho desenvolvido nesta matéria, salientando que esperaram por posições que iam sendo tomadas pelas Águas do Oeste e informou que, de acordo com a entidade que tutela esta área, a

ERSAR, encontravam-se numa situação de incumprimento, pois, nos termos da legislação em vigor, não deveriam estar a vender a água mais barata aos consumidores, do que a estava a adquirir em alta, às Águas do Oeste.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Referiu que nenhum executivo gosta de alterar os tarifários das águas, e passou a fazer o enquadramento de todo o processo, desde o contrato assinado em dois mil e três, com todas as pressões existente, na época. Disse que, desde os executivos do Dr. Silvino Sequeira, até ao último executivo da Dra. Isaura Morais, sempre se mantiveram conversações com a empresa Águas do Oeste e ao longo dos últimos seis anos, havia sempre uma versão diferente em cada uma das reuniões realizadas, sobre esta matéria. Os municípios contrapunham que não suportavam os custos que estavam a ser cobrados, tanto para a água, como para o saneamento, mas apesar das justificações apresentadas, a empresa Águas de Portugal, detentora de cinquenta e um por cento da Sociedade Águas do Oeste, foi soberana, sendo uma constante os municípios votarem contra os relatórios apresentados, não pondo em causa os valores, mas a metodologia usada. Disse que o município também não cumpriu porque protelou ao longo dos anos a receção de mais pontos de entrega, dando o exemplo de Malaqueijo, onde está tudo preparado para, caso surjam problemas no abastecimento de água à União de Freguesias, é só fazer a respetiva ligação, e apenas não se concretizou porque iria onerar ainda mais as contas do município. Recordou que na época, o município de Rio Maior, recebera, nas contrapartidas, cerca de um milhão de euros pelas ETAR's.-----

----- Disse também que ao longo dos anos tem-se vindo a verificar um saldo negativo entre um milhão e um milhão e quatrocentos mil euros ano, entre as receitas e as despesas. Referiu ainda que o município de Rio Maior tem vindo a reduzir as perdas, sendo complicado aferir o seu valor real, quer da água que vem diretamente das Águas do Oeste, quer das próprias captações da Câmara Municipal de Rio Maior. Acrescentou que se detetou perdas com uma dimensão relativamente grande na Vila da Marmeleira.-----

----- Aditou que o município de Rio Maior, ao longo dos anos investiu no saneamento, na rede viária e não no setor das águas, porque as captações até dois mil e treze eram próprias e a água tinha um valor residual no contexto receita/despesa.-----

----- Agradeceu à Dra. Anabela Leal e a todos aqueles que colaboraram no trabalho apresentado, o que é isento e reflete os números, reais.-----

----- Referiu os diversos investimentos feitos nesta área, nomeadamente, as ligações entre o Parque Industrial e a cidade que com o acordo feito com a Depomor, permitiu desativar as condutas que abasteciam a cidade Também se fez a ligação entre a Freiria e Senta, assim como entre Freiria e Encosta do Sol que assim também podem receber água a partir do Alto da Serra. Também se reforçou o abastecimento de água na Vila da Marmeleira, através do furo de Assentiz. Há projetos para Vila da Marmeleira para a água em alta e em baixa, também para a zona do Arco da Memória, assim como um projeto para a telegestão de toda a parte norte do concelho de Rio Maior. Também quando foi feita a regeneração urbana em parte da cidade, separou-se o saneamento doméstico, das águas pluviais, entre outras situações.-----

----- Recordou que o município de Rio Maior tinha um acordo com as Águas do Oeste no valor de três mil euros mensais, para a manutenção das estações elevatórias, o que passou a ser feito pelo município, numa tentativa de reduzir custos, mas apesar de todo o esforço feito, os valores recebidos de todos os consumidores não chega para as despesas, com águas, saneamento e resíduos, salientando que este aumento poderá ser considerado uma medida extrema, mas o compromisso do Executivo é fazer investimento, com ou sem aprovação das candidaturas, pois quer manter a qualidade do serviço que presta.-----

----- Terminou a intervenção referindo que poderá ser considerado uma medida extrema, haver um aumento e deu o exemplo das faturas da EDP com aumentos sucessivos e que ninguém contesta, assim como o aumento dos combustíveis e tabaco.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu tratar-se de um documento bem fundamentado e tecnicamente bem elaborado, com uma parte de tarifa fixa e outra variável, respondendo às melhores práticas em tarifários de água.-----

----- Disse que o documento reflete uma insustentabilidade contagiante e perigosa do setor de águas, saneamento e dos resíduos sólidos urbanos, que se aproxima de um milhão e quinhentos mil euros ano, situação perfeitamente insustentável e sublinhou a coragem dos serviços de o transpor para o papel.-----

----- Seguidamente fez o historial da água para se perceber as medidas, o que tem que ser feito e perceber porque não foi feito. Disse que o setor da água, bem de 1ª necessidade foi levado avante pelos municípios, juntas de freguesia e pelas populações, de uma forma heroica, desde o 25 de Abril, até mil novecentos e noventa e três, era o esforço conjunto para prolongar e levar o preciso bem onde era

necessário chegar. -----

----- Em mil novecentos e noventa e três surgem aqueles que viram no fornecimento de água a hipótese de ganharem, com a Administração Central a dar cobertura a todo o processo. Recordou a Lei da limitação dos setores que permite a criação de concessões nos serviços de águas e resíduos, no décimo segundo Governo Constitucional, presidido por Cavaco Silva, onde tudo começou.-----

----- Em mil novecentos e noventa e cinco o mesmo governo legislou no sentido de obrigar o estado a repor o equilíbrio económico/financeiro das concessões atribuídas, Decreto-Lei 147/95, de 21 de julho, para legitimar que o privado não perca dinheiro neste processo, apenas para defender os interesses dos privados.-----

----- Em mil novecentos e noventa e sete, no décimo terceiro Governo Constitucional, presidido por António Guterres, é revogada a Lei da Limitação dos setores no sentido de confirmar as iniciativas já tomadas no tempo do Professor Cavaco Silva. Foi a continuidade do sistema que irá legitimar o lucro dos particulares.-----

----- Em dois mil e dois, o décimo quinto Governo Constitucional, presidido por durão Barroso, constituirá um grupo técnico para o estudo da privatização da Holding das Águas de Portugal, sendo que as Águas do Oeste foram criadas em dois mil e um, por Decreto-Lei à revelia da opinião dos municípios, no fim destes andarem a investir no setor da água há tantos anos, sendo obrigados a integrar as Águas do Oeste, entregando os furos, os depósitos, retirados do investimento feito com os Fundos Comunitários. Aditou que, quando a Câmara Municipal de Rio Maior optou por fazer esses furos e depósitos, utilizou Fundos Comunitários que podiam ter sido utilizados noutras áreas, quando, depois cinquenta e um por cento disso vai para outra entidade, gratuitamente.-----

----- Frisou que se deve perceber a razão porque começou a haver desinvestimento no setor das águas, pois os municípios acautelaram o futuro de forma a que os investimentos comunitários não fossem aguardar por uma qualquer empresa que surgisse de improviso. Aditou que toda esta situação não é privilégio de nenhum governo e pode ser atribuída a uma série de gente, percebendo-se que há orientações, não do governo português, pois tem uma natureza mais vasta, com interesses instalados no sentido de as águas serem concessionadas a privados.-----

----- Referiu que o município de Rio Maior precisa fazer urgentemente investimentos no setor da água e tornar o sistema eficiente, precisa de verbas de que não dispõem, como se tem verificado pelos pedidos para prorrogar os prazos de pagamentos das faturas. É necessário dinheiro para investir e nesse sentido percebia a proposta

apresentada para o aumento da água e a necessidade da sua implementação, apesar de lamentar o que ela representa em termos de custos, para os munícipes. Aditou que deveria estar vinculado a esta proposta intentar uma ação contra as Águas do Oeste, por falta de investimento, bem como haver um plano estratégico de intervenção no setor da água, definindo ações e o seu faseamento. Assim, sugeriu que a Câmara aceitasse constituir um grupo de trabalho cuja função seria definir uma estratégia para as águas, com a elaboração de um programa de ação, envolvendo todos neste processo, referindo que seria mais fácil demarcar-se de toda a situação, no entanto os autarcas têm vínculos com as populações e defender os seus interesses passa por toda a disponibilidade para servir.-----

----- **VEREADORA CÉLIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Começou por subscrever na íntegra a intervenção feita pelo Vereador Carlos Nazaré e disse tratar-se de um assunto muito complexo e demasiado importante para ser tratado de ânimo leve, não querendo ter qualquer atitude ou tomada de posição que não fosse devidamente ponderada. Disse que sempre tem visto esta Câmara muito empenhada em resolver esta situação, mas também lhe fora dado a conhecer que os serviços técnicos da Câmara Municipal têm vindo a alertar para o investimento que é necessário fazer em todo o sistema de condutas e de distribuição da água.-----

----- Opinou não ser com o aumento do tarifário da água que se irá, de imediato, obter a receita necessária e suficiente para fazer face a todos os investimentos que devem ser avultadíssimos. Apesar de se tratar de uma questão complexa estava convicta que iriam conseguir resolver da melhor forma. Disse que o seu sentido de voto seria a abstenção.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu tratar-se de uma situação grave que tem de ser resolvida e recordou um dos considerandos da sua proposta: “é necessário um conjunto avultado de investimentos, nomeadamente nas redes de abastecimento de água e saneamento, em situações publicamente conhecidas” e virá a este órgão várias das posições e dos investimentos que serão necessário fazer. -----

----- Aceitou a disponibilidade para, em conjunto, se fazer o acompanhamento de todo o processo que se arrasta há muito tempo e lembrou uma expressão que ouvira, ou seja, o preço da água não tem que ser baixo, tem que ser justo. A questão da sustentabilidade do sistema, com tudo o que implica fazer, é uma preocupação do Executivo e tomava como muito boas as palavra proferidas pelo Vereador Carlos Nazaré.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO -----

----- Começou por enaltecer o documento apresentado de grande qualidade técnica e de um imenso rigor científico e que honra o Poder Local.-----

----- De seguida passou a ler o trabalho feito sobre esta matéria “Acentua-se, acrescenta-se e intensificam-se os elementos associados à ofensiva contra a água enquanto bem público, desencadeada mais formalmente, a partir de mil novecentos e noventa e três, e visa, sem rodeios, por mais desmentidos, por mais jogos semânticos, sobre a palavra privatização e concessão, o que querem os Governos PS, PSD e CDS, é a entrega a privados, de um apetecível filão de negócios de grandes e internacionais interesses, não são apenas interesses nacionais. Rapidamente, e em traços gerais, esta ofensiva tem direções fundamentais, a primeira é a expropriação aos municípios, da competência, a progressiva identificação de uma edificação de um regime jurídico, de enquadramento, quanto à criação de sistemas municipais, ao plano da água, o plano nacional, a lei da água, os regimes jurídicos, que é o plano jurídico, para que possam intervir. A outra, infelizmente, é a polarização nas Águas de Portugal, por via da concentração do conjunto de sistemas de captação e ainda nos fundos comunitários, criando-se aqui um problema que é o comprometimento da viabilidade económica e financeira dos sistemas municipais autárquicos, para que, voluntária ou coercivamente, um destes dias, os municípios sejam totalmente afastados. -----

----- Com este tipo de estratégia, já são velhos e requentados, os objetivos e temos agora instrumentos novos e complexos; nomeadamente o processo de fusão dos sistemas assente nas agregações dos sistemas municipais, que já foi anunciado, há margem e pelo respeito e vontade dos municípios, e até em confronto, como é o nosso caso, dos pressupostos dos acordos de adesão, contra a nossa vontade e ainda violando os pressupostos dos acordos.-----

A seguir o processo de verticalização do sistema, assente na pressão e na chantagem dos municípios, sobre nós autarcas que temos de tomar a responsabilidade de estar próximos do nosso território, visando a alienação e a entrega aos sistemas em alta e com as nossas dificuldades financeiras, com as dividas geradas por sistemas impagáveis, já não é hábito, constituem o aliciamento para os investimentos em baixa. A Lei das Finanças Locais, a legislação complementar, designadamente por via ds direitos creditórios e da consignação de cinquenta por cento da receita de cobrança dos sistemas, agora em alta, que está decretada pelo 114/14, com a fatura detalhada, as alterações aos estatutos da ERSAR, a lei 10/2014, alterações que visam assegurar

uma harmonização por decima das tarifas com fundamento na necessidade da total cobertura de custos, com vista a assegurar a valorização da empresa Águas de Portugal, tendo por finalidade, única e exclusivamente a sua privatização, numa total e intolerável intromissão na autonomia do Poder Local, definindo regras obrigatórias sobre tarifários e atribuindo a esta entidade parecer de imperativo e vinculativo, os chamados planos estratégicos, que agora até são nacionais, da água, do saneamento e dos resíduos que arquitetam o nosso edifício e o que pretendem é única e simplesmente, a privatização.-----

----- As restrições de acesso aos Fundos Comunitários para as autarquias, cada vez mais, veja-se o nosso caso, previsto para a Lezíria do Tejo, até setenta e um milhões, agora mal teremos quarenta e dois milhões. O ciclo da Água, meia dúzia de trocos para os municípios, aqueles que tiverem capacidade e quando não há dinheiro, fica para depois... as restrições traduzidas na recusa das candidaturas municipais, na admissão das candidaturas intermunicipais, das candidaturas das CIM's, isto tudo financiável a fundo perdido, exceto para cumprir as normas nacionais e diretivas europeias.-----

----- Assegurar a sustentabilidade económica e financeira deste sistema é uma questão para nós é a mais imediata, é mais exigente, mas ela tem não apenas uma dimensão económica, não tem apenas uma dimensão política, não tem apenas uma dimensão financeira, tem também uma dimensão social e ainda de avaliação de políticas anteriores, estamos a falar num deficit de duzentos mil euros/mês, opções legítimas, temos que as respeitar, mas hoje estamos a pagar isso, como estamos a pagar a atitude de tolerância e de acreditar nos que estavam á nossa frente, nos órgãos regionais e nacionais da política da água. Acentua-se agora uma linha de chantagem que o governo tem em curso, claramente, será tanto mais eficaz quanto maiores forem as dificuldades financeiras dos municípios, mais frágeis, fazer acordos de pagamentos, é agora que lhe dou a marretada, é o que está o Governo a fazer, e, em particular, os desequilíbrios da sustentação económica / financeira dos nossos sistemas.-----

----- A defesa da água enquanto bem público exige, não só a sua proclamação, mas a criação de condições para assegurar a sustentabilidade na gestão dos sistemas, e identificaria aqui três questões importantes: uma, a gestão dos sistemas, a outra, a política tarifária e por último aquela de que se fala tanto, que é o diferencial entre o que nos é cobrado e aquilo que nós cobramos, que apontam para cinquenta por cento. Então o argumento do investimento, como nos é dito, não colhe, então o investimento

passa a ser feito pela autarquia? Então a gestão passa a ser em alta e em baixa a ser feita por outras entidades? Há aqui três níveis de intervenção, ao nível da gestão das redes, que é um grave problema que se coloca. Há trinta anos, como diz o documento, que se torna necessário refazer as redes e ainda uma parte significativa feita pelas populações. A identificação e o combate à redução das perdas e às suas origens; a melhoria do estado e da conservação das redes; o combate à subfaturação, a aferição das situações de sobre contagem dos contadores de entrada dos fornecedores de água, a realização das obras imediatas com vista ao fim do extravasamento e às fugas em reservatório; o combate às perdas, no tratamento e na bombagem; a adoção de políticas de combate a ligações diretas, a ramais clandestinos, aos ladrões, e a adoção de regulamentos de utilização e combate às avarias e aos marcos de incêndio. A utilização de água para fins compatíveis, o recurso da água não potável para as regas, o combate à fraude, e ainda uma fiscalização mais eficaz, particularmente na cidade, para a cobrança de quem deve e já consumiu, que não é tão pouco como isso. -----

----- Conclusão: este documento apenas tem uma parte, devia ter a outra parte que é “o Governo pressionou, as dificuldades económicas/financeiras do município são grandes, é um elevadíssimo custo, muitos anos seguidos na expectativa de se poder resolver estes problemas, por forma de investimento, não investimento, política do “rolo compressor”, paga quem é o último da cadeia, pagam os municípios, não, pagam os munícipes, criando situações tão difíceis.”-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que, não querendo repetir o que o Vice-Presidente dissera, grande conhecedor do assunto, pois sempre acompanhou os serviços, na tentativa de solucionar um problema que é de todos, iria fazer a seguinte intervenção:-----

----- “ Na primeira década de dois mil, assistiu-se há passagem de serviços essenciais, como o das águas, tratamento de águas residuais, recolha de lixos urbanos, para empresas supra concelhias, ou mesmo supra regionais. Assim, se criaram estruturas empresariais, administradoras e detentoras do, até então, bem público, a água. As condições das prestações dos serviços contratualizados revelaram-se, com o tempo, tendenciosas, com benefícios unilaterais, ficando assim os municípios aprisionados e sujeitos às vontades economicistas, dos agora detentores destas prestações de serviços. Até ao momento, e bem, os executivos, o município de Rio Maior, optou por assumir o diferencial, contudo chega uma altura que as decisões têm que de ser tomadas, o Executivo quer tomá-las e não podemos

esperar que outros decidam por nós. Há um ditado que diz, “se não fizermos por nós, ninguém o faz” e chegou a altura de tentarmos fazer por nós. -----

----- Acresce ainda que urge intervir neste setor, por forma a permitir a eficiência e a qualidade do serviço, só possível com a atualização do tarifário, pois no momento, o município, suporta um prejuízo anual, só com o abastecimento de água, na ordem do meio milhão de euros. Também o sistema de águas residuais apresenta um deficit anual superior a meio milhão de euros. É necessário investimento para reduzir custos. Estes dois setores mais a recolha e o transporte de resíduos sólidos, apresentam um custo total de três, virgula sete milhões de euros para o município, sendo o deficit suportado de 1,4 milhões.-----

----- Entendendo que estes serviços são essenciais para o bem estar, saúde pública e segurança das populações, bem como a necessidade urgente de racionalizar o consumo da água, bem essencial à vida, é cada vez mais escaço, e urgente tornar a sua utilização ponderada e racional. Diga-se, em abono da verdade, que ninguém gosta de receber aumentos nas suas faturas, mas atende-se ao produto em causa, a água. Lembremos, por exemplo, as faturas da luz, aumentos sucessivos e sem causa aparente; as comunicações, entenda-se as nossas televisões, os canais que temos, os telemóveis, a net, os telefones fixos. Qual o custo médio mensal de cada família? Provavelmente já dá para pagar a água. Alguém protesta? Há famílias que só consomem água engarrafada, qual o custo do garrafão de água? Quanto custa o metro cubico dessa água engarrafada? Alguém contesta? Que quantidade de garrafas de água de trinta e três centilitros, é que nós compramos? Quanto custa o seu metro cubico? -----

----- De facto para que se consiga o controlo desta despesa, possível, com a atualização do tarifário é também necessário fazer investimento, só possível também com esta atualização que permitirá reduzir as perdas, através da intervenção na rede de distribuição e recolha, pois muita desta rede se encontra “em fim de vida”, logo, chegou a altura de se proceder à sua renovação.-----

----- Também, e com é do conhecimento de todos, é necessário substituir contadores e fazendo o custo ao preço de cada contador, será que alguém pensa, como não pago água, então “vamos gastá-la com rega”, com torneiras abertas, a pingar, autoclismos que não funcionam, pois a água é barata, deixa andar.-----

----- Para concluir e como a sabedoria popular nunca nos deixou ficar mal, e como dizia um dos meus avós, “quem não poupa água e lenha não poupa nada que tenha”, pois, provavelmente, teremos, não só de poupar um bem que é público, é escasso, e

olhemos para alguns dos países onde já é feita a racionalização do consumo de água. Algumas cidades estão divididas por áreas e dispõem de duas horas de água canalizada por dia, têm que a racionalizar e gerir.”-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Voltou a usar da palavra para dizer que é intenção da Câmara que a gestão do sistema em baixa continue na autarquia, daí a preocupação no investimento e salientou o volume que representa no orçamento da Câmara Municipal e será normal, que anualmente esta situação seja revista, para se perceber o verdadeiro impacto que tem no orçamento municipal. Aditou que, o Executivo estar é sempre disponível para rever este valor e avaliar o que está para aprovação. Todos sabem que a “mitigação do impacto do novo tarifário associado a estes serviços junto das faixas mais desfavorecidas da população, das famílias numerosas, está devidamente acautelado por tarifários sociais, especialmente criados para o efeito, seguindo igualmente as melhores práticas no setor”. Também falou no custo da garrafa de água de litro e meio, numa grande superfície, dizendo que muitos iriam reclamar dos sessenta e três cêntimos por metro cubico que iriam pagar, mas a autarquia quer continuar a prestar um serviço de qualidade, frisando que de todos os serviços que prestam, este é o mais importante e também porque queria continuar todas as manhãs a beber um copo de água da torneira. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** – De novo no uso da palavra referiu que é preciso atacar de forma organizada e metódica todas as situações de perda e desperdício de água. Questionou a Senhora Presidente da Câmara sobre a sua disponibilidade para constituir um grupo de trabalho, constituído por elementos do executivo, para definir uma estratégia para o setor das águas, no sentido de planear ações de intervenção, pois é extremamente importante, quando chegar ao conhecimento dos munícipes que a Câmara aprovou uma alteração do tarifário, que chegue também a informação de que a Câmara está decidida, de uma forma definitiva e organizada e que entende isso como uma questão estratégica e estruturante, até em termos de viabilidade económica/financeira, atacar o problema pela base e que não se aprove apenas um tarifário, mas que também fique o compromisso de iniciar procedimentos tendo em vista uma resolução para toda esta matéria.-----

Aditou que o resultado dessas economias que vão ser feitas no aproveitamento da água sejam reinvestidas nesse mesmo setor.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** – Disse estar inteiramente disponível para, inclusive, avaliar outras hipóteses, para podermos sair do sistema onde estamos integrados agora, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, percebendo outras realidades de outros

municípios, confinantes com o de Rio Maior, perceber o impacto que tem, quer em termos de resíduos, quer em termos de águas, pelo que assumia esse compromisso. Salientou também que, considerando o peso que esta área tem no orçamento municipal, a preocupação de prestar aos consumidores um serviço de qualidade e frisou que a percentagem das perdas é algo que deixa o executivo extremamente preocupado, pelo que urge ter capacidade para poder negociar. -----

Informou também que está a ser elaborado um folheto informativo para distribuir junto com a próxima fatura da água, onde é explicado o aumento do tarifário e o investimento que é proposto fazer, pois nem sempre a Comunicação Social chega a casa de todos os consumidores, sendo esta a via mais direta para a informação chegar aos munícipes.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Voltou a usar da palavra para dizer que o esforço que vai ser pedido a todos os Riomaiorenses no sentido de pagarem a água e saneamento por um preço mais elevado, é precisamente para que a autarquia fique com fundos próprios para investir, porque sem investimento na água, entenda-se em alta e em baixa, por muito que se aumente os tarifários o problema na estanca. Opinou que um bem quando é caro, é porque é escasso e a água neste momento é um diamante e deu o exemplo do estado da Califórnia onde a água é escassa e a China que está a fazer um mega projeto de trazer água do norte para Pequim que está em seca há cerca de cinquenta anos. Aditou que o facto de Rio Maior ter água no subsolo, é um bem que é de todos, mas sendo um bem escasso todos, sem exceções, devem pagar, não só as associações, como as IPSS, Bombeiros, Igrejas, Juntas de Freguesia, entre outras, pois se isso acontecer, as perdas tendem a diminuir, e depois o Executivo avaliará se houve ou não uma diminuição das perdas reais. Deu o exemplo de Oeiras e Cascais, onde só a redução na pressão de água, no período noturno, é o suficiente para reduzir o número de rebentamentos, logo as perdas, porque se a pressão for menor a perda de água também é menor. Recordou que os municípios durante longos anos receberam rendas da EDP que se apropriou de toda a rede existente, contrariamente, no setor das águas tem sido o oposto, pois as Águas do Oeste têm feito o que bem entendem e não têm dado qualquer contrapartida às autarquias. Referiu que todos os membros do executivo estão conscientes de que se é importante aumentar a água, saneamento e resíduos, é importante reforçar o investimento para diminuir as perdas. -----

----- Para finalizar referiu que se o consumo de água continuar a aumentar, o saneamento tende a aumentar e se houver uma atitude disciplinadora por parte de

todos os consumidores, se todos consumirem menos água, naturalmente que vai haver uma menor fatura com o saneamento, quanto melhor for este equilíbrio, maior será aquilo que poderá ficar disponível a médio prazo para investimento.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Voltou a intervir para dizer que subscrevia as palavras proferidas pelo Vereador Carlos Frazão e se neste momento se está a preconizar a máxima do utilizador pagador, só quando se tem a noção exata do que se consome e do custo acarretado é que se toma consciência do seu valor real, pois é fácil a Câmara estar a suportar os custos sem que a população se aperceba do que está a “poupar” porque a Câmara é que tem estado a poupar os custos dos serviços de consumidores que não pagam, instituições que não pagam. Também interessa que os serviços municipais tenham a noção efetiva do que têm necessidade de consumir para que se tenha a precisão real da água necessária para o cidadão, instituições, escolas, mas também dos próprios serviços camarários que também só podem funcionar, muitos deles se usarem a água.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção da Vereadora Célia Maria do Rosário Bento Flores e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

-----Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo** que se transcreve na íntegra:-----

----- “ Votei contra esta forma de resolver o problema porque apesar de ter boas intenções não resolve nenhuma parte do problema. Porque nem os contratos com as Águas de Portugal ou com as Águas do Oeste são uma prioridade, nem todas as questões abordadas quanto ao investimento, onde foi prometido mais uma vez, a possibilidade de investimento nas redes, não me dão a mim, garantias nenhuma, então volta-se a verificar o mesmo, mais fácil, paga o consumidor. Tenho muitas dúvidas quanto a esta estratégia.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida, subscrita pelo Vereador Carlos Fernando Frazão Correia e Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Votei a favoravelmente esta proposta pelo seguinte:-----

----- Primeiro: porque é inadiável uma tomada de posição quanto ao tarifário que leva neste momento a Câmara Municipal a ter um prejuízo na ordem de um milhão e quinhentos mil euros ano, o que se torna inteiramente insustentável.-----

-----Segundo: votei favoravelmente porque, pelo compromisso assumido pela Senhora

Presidente, de constituir um grupo de trabalho com membros do executivo, que façam o estudo de ordem estratégico e que veja no tempo e no espaço, de forma devidamente faseada e calendarizada, os investimentos a fazer, de forma que seja possível, com base nos ganhos obtidos no combate às perdas de água, que serão reinvestidos no setor e tentar pôr termo a um milhão e cem mil metros cúbicos ano, que são perdidos na rede e que efetivamente por este sistema, e por este compromisso, não empurramos para cima do munícipe o pagamento, mas vamos reinvestir de forma que se torne em benefício para a autarquia. Portanto votei favoravelmente, essencialmente por acreditar que podemos contribuir de forma positiva, se efetivamente entendermos que este é um momento estratégico importante de resolver um problema que é estruturante, não só para o setor da água, mas para todo o saneamento financeiro da Câmara Municipal de Rio Maior.”-----

----- **PONTO XVI - CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM DISPENSA DE PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL DO ÓRGÃO EXECUTIVO – PROPOSTA**-----

----- A Presidente da Câmara apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é deliberar, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 4º da Portaria n.º 149/2015, de 26 de maio e nos termos da Proposta apresentada:-----

1 - Autorizar a Senhora Presidente da Câmara a celebrar durante o ano de 2015 até 150 contratos de prestação de serviços, com dispensa de parecer prévio favorável do órgão executivo, que respeitem, cumulativamente, os seguintes requisitos: -----

- a) Procedimentos cujo preço contratual não seja superior a € 75.000,00 (sem IVA incluído);-----
- b) Contratos cujo objeto se enquadre nas seguintes classificações orçamentais: 020202 - Limpeza e higiene; 020203 - Conservação de bens; 020208 – Locação de outros bens; 020209 - Comunicações; 020210 – Transportes; 020212 – Seguros; 020214 – Estudos, pareceres, projetos e consultadoria; 020215 – Formação; 020216 - Seminários, exposições e similares; 020217 – Publicidade; 020218 - Vigilância e segurança; 020219 - Assistência técnica; 020220 – Outros trabalhos especializados; 020225 – Outros serviços;-----
- c) Seja dado cumprimento ao disposto no nº 2 do artº 3º da Portaria nº 149/2015, de 26 de Maio.-----

2 – Que até ao final do mês seguinte ao mês a que digam respeito, seja dado conhecimento à Câmara Municipal da lista dos contratos celebrados ao abrigo desta autorização, com referência aos respetivos valores e cabimento orçamental.-----

3 – Que a celebração de contratos de prestação de serviços que não se enquadrem no disposto no ponto um, estão sujeitos a parecer prévio vinculativo da Câmara Municipal.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a Câmara iria passar um “cheque em branco” e disse não concordar com a forma como o legislador resolveu a questão pois não havia necessidade de passar por este tipo de situações. Indicou o sentido de voto como favorável. -----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Considerou o montante avultado, mas como confiava na Senhora Presidente e no bom trabalho da Câmara no que respeita a distribuição de recursos financeiros e como a Lei é taxativa e tudo tem de ser muito bem justificado, não será aplicada de ânimo leve, no entanto, na sua opinião, é uma lei um bocado ousada em termos de transparência. Indicou o sentido voto como abstenção. -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Referiu que a questão nada tinha a ver com juízos de valor pessoal, a questão prende-se com a destruição do valor colegial dos executivos e isto faz parte das estratégias dos últimos governos, no sentido de tornar unipessoal, é uma vida presidencialista permitindo situações para as quais os executivos não são praticamente necessários, a não ser para fiscalizar. Disse que, a exemplo do que tem manifestado sobre esta Lei e outras, como a Lei dos Compromissos, votaria contra.----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Sobre este parecer prévio referiu tratar-se de valores habituais há já alguns anos, e agora devido ao Orçamento de Estado impor mais algumas restrições ao nível do controle orçamental, exige que venha à Câmara Municipal esta autorização prévia, considerando assim não tirar poderes à Câmara Municipal, contrariamente dava-lhe um maior poder de acompanhar todo o processo.-----

----- **VEREADOR CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Disse tratar-se de uma imposição legal, estranha, responsabilizar a Senhora Presidente, tendo como finalidade tentar fazer com que sejam sujeitos a ratificação menos despachos, indo agilizar os procedimentos internos porque nunca se sabe quando se está na eminência de uma situação anormal e assim o executivo pode tomar as decisões com a rapidez que cada caso requer.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Referiu não se tratar de um procedimento novo, pois a única diferença era o facto de, anteriormente, não haver a obrigatoriedade de ser presente à Câmara este pedido

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA DE 13 DE JULHO DE 2015

de autorização para a celebração de contratos de prestação de serviços com dispensa de parecer prévio favorável do órgão executivo.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores e um voto contra do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo.-----

----- **PRESIDENTE DA CÂMARA** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. --

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram treze horas e dez minutos, a Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

A PRESIDENTE DA CÂMARA: _____

A COORDENADORA TÉCNICA: _____